



**Processo nº 21984/2014 C ( Anexo I)**

**Jurisdicionado: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF**

**Assunto: Licitação**

**Valor estimado: R\$ 9.491.800,00**

**Data Abertura: suspensa**

**EMENTA:** Pregão Eletrônico pelo SRP nº 260/2014 para eventual aquisição de fixadores externos especiais para reconstrução óssea, não contemplados na Tabela SUS do Ministério da Saúde para atender as necessidades dos hospitais que atendem traumatologia e ortopedia da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF. Indícios de falhas na estimativa de custos, com suspeitas de sobrepreço. Suspensão do certame e determinação da apresentação de esclarecimentos pela jurisdicionada (Decisão nº 3658/2014). Improcedência dos esclarecimentos, determinações à jurisdicionada, audiência dos responsáveis e manutenção da suspensão do certame (Decisão nº 865/2015). Nesta fase, a unidade técnica considera procedentes as razões de justificativa. Tendo em vista que o certame permanece suspenso, sugere ainda determinação à SES/DF (correção das falhas já apontadas pela Corte ou, se for o caso, a adoção das medidas necessárias à revogação do certame). Superveniente juntada de pedido de prorrogação de prazo. Voto convergente, com ajuste. Procedência das razões de justificativas. Cumprimento parcial de deliberação. Concessão de prazo para atendimento da parte remanescente da Decisão nº 865/2015.



## RELATÓRIO

Cuidam os autos do exame do Pregão Eletrônico pelo SRP nº 260/2014 para eventual aquisição de fixadores externos especiais para reconstrução óssea, não contemplados na Tabela SUS do Ministério da Saúde para atender as necessidades dos hospitais que atendem traumatologia e ortopedia da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital.

Inicialmente, por meio da Decisão nº 3658/2014, a Corte resolveu:

*II – determinar à Jurisdicionada que, tendo em conta o disposto no artigo 198 do RI/TCDF, suspenda cautelarmente o certame, até ulterior manifestação dessa Corte, e encaminhe ao Tribunal justificativas para as seguintes situação observadas no processo; a) o motivo pelo qual não foram adquiridos bens de mesma natureza constantes na Tabela do SUS, cujo valor é inferior ao estimado pela Unidade; b) ausência de demonstração de preços públicos em licitações com objeto semelhante, tendo em vista os procedimentos licitatórios identificados pela Unidade Técnica, fls. 04 a 12; c) indício de irregularidade na elaboração da pesquisa de preços, com a utilização de propostas de empresas que não comercializam os produtos demandados no certame.*

Posteriormente, mediante a Decisão nº 865/2015, o Tribunal deliberou:

*III – chamar em audiência, com base no art. 43, inciso II, da Lei Complementar Distrital nº 01/1994, os seguintes servidores públicos para apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, razões de justificativas acerca dos elementos identificados na instrução: a) Sr. Renato Sérgio Lírio Mello, Coordenador de Ortopedia/ GRMH/DIASE/SAS/SES, pela elaboração de Termo de Referência apresentando item por preço global, sendo que a opção não se mostra vantajosa para a Administração, sob pena de aplicação da sanção prevista no art. 57, inciso III, da referida lei; b) Sr. Guilherme Francisco Guimarães, DAPA/SUAG/SES, tendo em vista a indevida formação dos custos estimativos, sem a adoção de medidas diligentes para verificação da validade das propostas coletadas, sob pena de aplicação da sanção prevista no art. 57, inciso II, da referida lei; IV – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que mantenha suspenso o Pregão Eletrônico por SRP nº 260/2014, até ulterior deliberação desta Corte, e promova as medidas corretivas a seguir, ou apresente justificativas, encaminhando documentação comprobatória ao Tribunal: a) faça juntar estudo comparativo, comprovando que os materiais relacionados na tabela do SUS não são adequados para os tratamentos requeridos; b) reformule a forma de execução da ata de registro de preços, de modo que as aquisições de cada item sejam por preço unitário dos componentes efetivamente utilizados nos tratamentos; c) ajuste a alínea “j” do item 6.5.2 do edital, passando a exigir a amostra somente para a licitante*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Fls.: 280

Proc.: 21984/14  
Antônio

Rubrica

*vencedora do certame, oferecendo prazo razoável para a sua apresentação, conforme entendimento já acolhido por esta Corte, a exemplo da Decisão nº 2.943/2010 e da Decisão Liminar nº 036/2012 – P/AT, referendada pela Decisão nº 14/2013; d) deixe de exigir as documentações contidas nas alíneas “k”, “m”, “n” e “o”, do item 6.5.2 do edital, e as alíneas “a” e “b” do item 8.2.1, para fim de comprovação de habilitação das licitantes, tendo em vista não haver previsão no art. 30 da Lei nº 8.666/93, nem em leis especiais; e) exclua a alínea “l” do item 6.5.2 do edital, pelo fato de o objeto da Resolução da Diretoria Colegiada – RDC ANVISA nº 55/2011 referir-se a requisitos mínimos de identidade e qualidade de produtos não contemplados no pregão em tela; f) passe a exigir o Certificado de Registro do Produto e o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF)/ANVISA somente quando da aquisição dos produtos, devendo ser aceito protocolos de revalidação, conforme regulado na RDC ANVISA nº 185/2001 e no art. 42 da RDC ANVISA nº 39/2013, e entendimento já manifestado por esta Corte na Decisão nº 6.231/2014; g) demonstre, tomando por base a classificação fornecida pela RDC ANVISA nº 185/2001, que os produtos previstos no edital possuem grau de risco Classes III e IV, conforme previsto na alínea “n” do item 6.5.2 do edital; h) corrija os quantitativos da Planilha de Formação de Preços, Anexo IV do edital, compatibilizando-os com os do quadro do Anexo I do Termo de Referência; V – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que realize nova estimativa de preços, haja vista o indício de juntada aos autos de documentos de procedência duvidosa na formação dos custos estimativos; VI – autorizar: a) o envio de cópia do relatório/voto do Relator, desta decisão e da Informação nº 019/2015 à jurisdição; b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para os devidos fins.*

Em atendimento a esse decisum, os servidores Renato Sérgio Lório Mello, Coordenador de Ortopedia/GRMH/DIASE/SAS/SES, e Guilherme Francisco Guimarães, Diretor da DAPA/SUAG/SES, apresentaram as razões de justificativas de fls. 216/244 e 247/262, respectivamente.

Essas defesas foram assim sintetizadas pelo corpo técnico:

4. *Com relação à impropriedade apontada no item III.a) da decisão, acerca da elaboração de Termo de Referência apresentando item por preço global, sendo que a opção não se mostra vantajosa para a Administração o Sr. Renato Sérgio Lyrio Mello alegou (fls. 216/246) que:*

*(...)*

*“Como justificativa, informo que o Termo de Referência foi elaborado para atender as fraturas complexas de ossos longos em pacientes politraumatizados e nas correções ósseas com defeitos congênitos, transporte ósseo, alongamento dos ossos, defeitos angulares que exigem montagens para cada região anatômica. Ex.: pé e tornozelo, fêmur, tíbia, lesões multifocais ou bifocais, conforme descritos às fls. 13 a 18 do processo nº 060.008.420/2013.*

*Lembramos que os materiais visavam atender 08 (oito) hospitais que têm prontos socorros de trauma ortopedia.*

*Esclareço que para atender as regiões anatômicas o fixador externo tem*



*que ser composto de vários itens compatíveis entre si. A aquisição por item e não por conjunto implicaria na aquisição de vários componentes não compatíveis e inviabiliza as montagens necessárias a cada região anatômica ensejando na perda ou sobra de material na montagem final.*

*Cada conjunto específico pode ser fornecido por distintos licitantes, preservando-se os princípios da Lei 8.666/93, quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”*

*(...)*

*5. No tocante ao item III.b) da decisão, acerca da **indevida formação dos custos estimativos, sem a adoção de medidas diligentes para verificação da validade das propostas coletadas**, o Sr. Guilherme Francisco Guimarães alegou o que se segue (fls. 247/262):*

*(...)*

*“No presente caso a DAPA/SUAG recebeu processo autuado pela Gerência de Órtese e Prótese daquela Pasta, solicitando a aquisição de fixadores externos especiais para reconstrução óssea, não contemplados pela tabela SUS do Ministério da Saúde, tendo em vista, conforme despacho daquela gerência, em anexo, que os materiais constantes da tabela SUS não atendem os casos de mais alta complexidade, que exigem materiais mais eficientes e adequados à atender lesões cada vez mais complexas que ocorrem nos acidentes em geral.*

*Como de praxe, o NUPES/DAPA,SUAG iniciou os procedimentos para obtenção e validação dos preços estimativos do material solicitado, obtendo inicialmente cinco propostas de empresas distintas, que costumeiramente apresentam propostas estimativas de custos ou mesmo participam das licitações levadas à efeito pela SES/DF, ou seja, ALLIMED MATERIAIS MÉDICOS, CORTICAL COMERCIO DE PRODUTOS CIRURGICOS, SOUTECK EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, SC MED COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS E EMEDCAL PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES, resultando nas planilhas em anexo, cujo preço estimativo total foi de R\$ 9.491.800,00 (nove milhões, quatrocentos e noventa e um mil e oitocentos reais).*

*Durante a tramitação do processo de aquisição, chegou ao conhecimento da DAPA/SUAG, informação levantada por essa Corte de que as empresas EMEDCAL e SOUTECK apesar de cotarem o material solicitado pela SES/DF, não comercializavam aquele tipo de material, fato pelo qual após diligências realizadas por este signatário, concluímos que realmente a empresa SOUTECK não mais trabalhava com aquele material e quanto a empresa EMEDCAL, nos foi informado que naquela empresa trabalhava uma funcionária de nome RENATA, que era responsável pelo recebimento e resposta às solicitações de apresentação de preços oriundas de diversos órgãos públicos, e no presente caso, a mesma de forma indevida, consultou a empresa SARTORI sobre os custos dos materiais em tela, apresentando aqueles preços a DAPA/SUAG, de forma oficial, utilizando a DAPA aquela proposta para elaboração da média de preços.*

*Naquela ocasião este signatário contatou a empresa SARTORI, através da pessoa de LILIA que informou que eles realmente comercializam aquele material e os custos são similares aos apresentados na proposta da empresa EMEDCAL.*

*Ao tomarmos conhecimento desse fato, excluímos as propostas apresentadas pelas empresas SOUTECK e EMEDCAL tendo sido elaboradas novas planilhas cujo preço estimativo total foi de R\$ 9.132.250.00 (nove milhões, cento e trinta e dois mil e duzentos e cinquenta reais), custos apresentados à Central de*



*Compras do órgão.*

*Todo o procedimento da aquisição através da pesquisa de preços realizado pelo NUPES/DAPA/SUAG/SES fora realizado com o zelo dispensado em todos os demais procedimentos, trata-se de aquisição de material específico, diferente do listado na tabela SUS (conforme o órgão técnico).*

*Ressalto que todos os procedimentos realizados na SES/DF, sem exceção, referentes às pesquisas de preços são realizados da mesma forma que o ora explanado.*

*Concluindo, o Estado não experimentou nenhum prejuízo, mesmo porque a pesquisa finalizada pelo NUPES/DAPA/SUAG, com a apresentação de três empresas, **quantitativo mínimo desejável**, espelhou somente os preços estimativos originados pelas empresas ALLIMED, SC MED e CORTICAL não sendo identificados e localizados preços públicos de materiais similares ao solicitados pela Gerência de Órteses e Próteses da SES/DF.”*

Ao examinar os esclarecimentos prestados pelos chamados em audiência, a SEACOMP assim se manifestou:

6. *Acerca da elaboração de Termo de Referência contendo item por preço global sendo que essa opção não demonstra ser a mais vantajosa para a administração, verificamos que o planejamento do Ex-Servidor da SES/DF, Sr. Renato Mello, foi feito com base em justificativas técnicas que buscavam compatibilizar os diversos materiais a serem adquiridos a fim de permitir a perfeita montagem dos componentes dos fixadores.*

7. *Com efeito, de acordo com o informado pelo Sr. Renato, havia a preocupação com a compatibilidade dos novos fixadores, tendo em vista que a aquisição por preço unitário, segundo o entendimento exposto, poderia ocasionar incompatibilidade e trazer prejuízos à Administração. Assim, considerando que esses fixadores atenderiam pacientes com necessidades mais complexas do que as usualmente enfrentadas no dia a dia dos hospitais que possuem pronto socorro de trauma ortopedia e que, em consulta ao manual de um fabricante, verificamos ser bastante desaconselhável a aquisição de composições de diferentes marcas, entendemos serem justificáveis as razões que à época levaram o gestor a decidir pela aquisição por preço global.*

8. *Ademais, tendo em vista que a forma inicial como foram divididos os itens também possibilitaria suas aquisições por diferentes empresas estimulando a competição e que somente seria possível avaliar a efetividade da alteração na forma de execução da ata após a conclusão do certame, concluímos que as justificativas apresentadas podem ser consideradas aceitáveis.*

9. *Na justificativa apresentada pelo Sr. Guilherme Guimarães, acerca da indevida formação dos custos estimativos, sem a adoção de medidas diligentes para verificação da validade das propostas coletadas, consta que o Núcleo de Preços da Diretoria de Análise, Prospecção e Aquisições – NUPE/DAPA recebeu o processo autuado pela Gerência de Órtese e Prótese da SES/DF e que a partir desse momento iniciou os procedimentos para a obtenção e validação dos preços estimativos.*

10. *Conforme observamos na justificativa encaminhada pelo Sr. Guilherme, uma das funções da DAPA é a análise das demandas de todos os setores da SES/DF e o prosseguimento das aquisições solicitadas por meio da realização do levantamento*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Fls.: 283

Proc.: 21984/14  
Antônio

Rubrica

*prévio de preços. Tal atribuição acarreta elevada quantidade de solicitações e instruções processuais realizadas diariamente pelo Órgão, o que torna imprescindível a existência e adoção de instrumentos de apoio que promovam transparência e racionalidade ao processo de pesquisa de preços.*

11. *Segundo informado pelo gestor, a DAPA, à época da elaboração do Edital (julho/2014), adotava procedimento para a obtenção de preços que se resumia nas seguintes fases: atendimento por parte das empresas de inserção de preços na plataforma BIONEXO, consultas via e-mail e ciência das empresas através de contato pessoal na DAPA/SUAG. Desse último, nota-se que em algumas ocasiões a pesquisa de preços possuía caráter informal e não era registrada em nenhum sistema eletrônico, para fins de comprovação. Tal fato era consequência da falta de padronização da forma como deveria ser feita a pesquisa de preço, até então existente na Administração.*

12. *De acordo com a resposta do gestor, todos os procedimentos referentes às pesquisas de preços eram realizados da mesma forma, com a obtenção e validação das propostas. No presente caso, após a ciência dos problemas levantados por este Tribunal, a DAPA realizou diligências com vistas à validação das informações encaminhadas pelas empresas e confirmou que os preços continham falhas, eliminando-os da pesquisa. Também devemos levar em consideração a extensa quantidade de pesquisas de preço a serem conduzidas pelo Órgão de forma concomitante e a falta de padronização de procedimentos então existente na Administração, tais fatos contribuíram para a ocorrência de falhas dessa natureza.*

13. *Apesar disso, com a publicação do Decreto nº 36.220, de 30/12/14, o qual instituiu procedimento administrativo formal para a realização de pesquisa de preços na aquisição de bens e na contratação de serviços em geral, observamos que de modo geral os novos processos licitatórios conduzidos pela SES/DF têm observado os novos parâmetros previstos e estão instruídos com preços públicos de contratações similares e pesquisa de mercado, afastando a utilização de meios informais para a realização da pesquisa de preço. Segundo o Artigo 2º desse Decreto, as pesquisas de preço deverão utilizar os seguintes parâmetros: I) Preços públicos obtidos no sistema de compras da Subsecretaria de Licitações e Compras da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal ou Portal de Compras Governamentais; II) Contratações efetivadas por outros entes públicos; III) Pesquisa publicada em mídia especializada e IV) Pesquisa junto a fornecedores, por meio de proposta escrita, com a indicação da razão social e CNPJ, assinada pelo representante legal. Essas ações, incorporadas à rotina do Órgão, vêm reduzindo a ocorrência de erros como os apontados na análise dessa licitação.*

Ao final, após concluir pela procedência das referidas razões de justificativas, a unidade técnica, considerando a ausência de manifestação da jurisdicionada quanto à correção das falhas apontadas no certame, entendeu ser necessária reiteração das providências determinadas nos itens IV e V da Decisão nº 865/2015 ou, se for o caso, a adoção das medidas necessárias à revogação do Pregão Eletrônico pelo SRP nº 260/2014, com a publicação do respectivo ato na imprensa oficial.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Fls.: 284

Proc.: 21984/14  
Antônio

Rubrica

Nessa linha, as sugestões de fls. 273.

Relatei.

**VOTO**

Cuidam os autos do exame do Pregão Eletrônico pelo SRP nº 260/2014 para eventual aquisição de fixadores externos especiais para reconstrução óssea, não contemplados na Tabela SUS do Ministério da Saúde para atender as necessidades dos hospitais que atendem traumatologia e ortopedia da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF.

Na análise inicial, a Corte constatou a existência de indícios de falhas na estimativa de custos, com suspeitas de sobrepreço. Em face disso, determinou a suspensão do certame e a apresentação de esclarecimentos pela jurisdicionada (Decisão nº 3658/2014).

Na sequência, mantendo a suspensão do procedimento, o Tribunal determinou a audiência dos servidores Renato Sérgio Lírio Mello, Coordenador de Ortopedia/GRMH/DIASE/SAS/SES, e Guilherme Francisco Guimarães, ex-Diretor da DAPA/SUAG/SES em atendimento ao item III, “a” e “b”, da Decisão nº 865/2015.

Em exame, nesta fase, as razões de justificativas apresentadas pelos referidos servidores.

Compulsando os autos, verifico assistir razão ao corpo técnico quando pugna pela procedência dos esclarecimentos prestados.



Inicialmente, no que pertine à vantajosidade da opção de compra de item por preço global, observo que o planejamento realizado pelo justificante Renato Sérgio Lício Mello foi feito com fulcro em justificativas técnicas que buscavam compatibilizar os diversos materiais a serem adquiridos, visando à montagem perfeita dos componentes dos fixadores. Dessa forma, a especificidade técnica do objeto refletiu-se no Termo de Referência, que foi confeccionado “para atender as fraturas complexas de ossos longos em pacientes politraumatizados e nas correções ósseas com defeitos congênitos, transporte ósseo, alongamento dos ossos, defeitos angulares que exigem montagens para cada região anatômica. Ex.: pé e tornozelo, fêmur, tíbia, lesões multifocais ou bifocais”.

Nesse sentido, verifico, ainda, que as dúvidas que levaram a Corte a chamar o referido servidor em audiência foram afastados conforme o seguinte trecho das razões de justificativas:

*...para atender as regiões anatômicas o fixador externo tem que ser composto de vários itens compatíveis entre si. A aquisição por item e não por conjunto implicaria na aquisição de vários componentes não compatíveis e inviabiliza as montagens necessárias a cada região anatômica ensejando na perda ou sobra de material na montagem final.*

*Cada conjunto específico pode ser fornecido por distintos licitantes, preservando-se os princípios da Lei 8.666/93, quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*

Diante disso, considerando que cada conjunto específico pode ser fornecido por vários licitantes, não vislumbro violação aos princípios e às regras aplicáveis às licitações.

Da mesma forma, são procedentes as justificativas apresentadas pelo senhor Guilherme Francisco Guimarães em face dos indícios da indevida formação dos custos estimativos, sem a adoção de medidas diligentes para verificação da validade das propostas coletadas. Isso porque, conforme demonstrado nas razões de justificativas e reconhecido pelo corpo técnico, à época dos fatos a DAPA realizava a estimativa de preços mediante pesquisa na plataforma BIONEXO, consultas via e-mail





e ciência das empresas diretamente naquela unidade. Por ocasião da elaboração do edital sob análise, a DAPA estava sobrecarregada com a elevada quantidade de solicitações e instruções processuais, fato agravado pela falta de padronização de procedimentos.

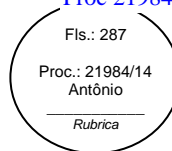
Conforme ressaltado pela unidade técnica, institui-se, no final do ano passado, um procedimento formal para realização de pesquisa de preços (Decreto nº 36.220/2014), o que vem reduzindo a ocorrência de erros nesse tipo de procedimento.

Ademais, especificamente no caso vertente, observo que, após a ciência das falhas apontadas pela Corte, a DAPA realizou diligências visando a validar as informações encaminhadas pelas empresas e eliminou da estimativa os preços que possuíam falhas.

Consideradas satisfatórias as razões de justificativa, constato também assistir razão ao diligente corpo técnico quanto à necessidade de expedir novas determinações à jurisdicionada. Isso porque ainda não vieram aos autos informações sobre o atendimento das medidas corretivas apontadas nos itens IV e V da referida Decisão nº 865/2015. Passados três meses dessa deliberação plenária, também se mostra correto determinar à SES/DF que, se for o caso, formalize a revogação do certame, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/1993.

Por fim, registro ter sido protocolizado nesta Corte, após a instrução do feito, o Ofício nº 1536/2015-SES/DF, por meio do qual a jurisdicionada solicita prorrogação de prazo por 60 (sessenta) dias para adoção de providências determinadas pela Corte, mas ainda pendentes de atendimento. Passo ao exame dessa pretensão.

Observo que o pedido foi formulado de forma genérica, abarcando todos os processos eventualmente com pendências perante esta Corte. No caso concreto, estava pendente de exame a Decisão nº 865/2015. Conforme demonstrado neste Voto,



o cumprimento do item III, alíneas “a” e “b”, da referida deliberação foi satisfatório. Quanto ao restante, não vejo óbice a que a Corte, considerando a recente mudança no comando da jurisdicionada, fixe o prazo solicitado, de 60 (sessenta) dias, para adoção das medidas determinadas nos itens IV e V da referida decisão, facultando à SES/DF que, na hipótese de não subsistir o interesse no prosseguimento do certame, formalize a revogação da licitação com a publicação do respectivo ato na imprensa oficial. Esse encaminhamento mantém as sugestões feitas pelo corpo técnico, já acolhidas neste Voto.

Diante do exposto, acolhendo, com ajuste, os fundamentos e sugestões da unidade técnica, VOTO no sentido de este egrégio Plenário:

- I. tome conhecimento:
  - a) das razões de justificativas apresentadas pelos senhores Renato Sérgio Lírrio Mello e Guilherme Francisco Guimarães (fls. 216/244 e 247/262, respectivamente) e do Ofício nº 34/2015-CCOMP/SES-DF (fls. 264);
  - b) do Ofício nº 1536/2015-GAB/SES (fl. );
- II. considere:
  - a) no mérito, procedentes as razões de justificativas citadas no item anterior;
  - b) cumprido o item III, alíneas “a” e “b”, da Decisão nº 865/2015;
- III. conceda o prazo de 60 (sessenta) dias para a SES/DF adotar as medidas determinadas nos itens IV e V da Decisão 865/2015, ou, se for o caso, nos termos do artigo nº 49, *caput*, da Lei nº 8.666/93, formalizar a revogação do certame com a publicação do respectivo ato na imprensa oficial;
- IV. autorize retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para os devidos fins.

Sala das Sessões, 22 de outubro de 2015.

**PAULO TADEU**  
**Conselheiro-Relator**